

**ATA DA QUINTA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, REALIZADA NO DIA SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO / SEXAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DE CÂMARA DO MANDATO 2021/2025.**

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, na Sala de reuniões do Edifício Alexandre Herculano, reuniu a Câmara Municipal de Évora.

Estiveram presentes:

Presidente: Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá  
Vereadores: José Gabriel Paixão Calixto  
Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim  
Alexandre Manuel Rosa Varela  
Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico  
Florabela da Luz Descalço Fernandes  
Fernanda Manuela dos Santos Barreiros

A reunião foi presidida por, Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, e secretariada por Maria Silva Rosa, Assistente Técnica da Unidade de Administração Geral.

## **I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Ao iniciar a reunião **o senhor Presidente** cumprimentou os senhores Vereadores, funcionários e público presente e informou que a senhora Vereadora Patrícia Raposinho, não iria estar presente na reunião, mas fazia-se substituir pela senhora Vereadora Fernanda Barreiros. Neste sentido, solicitou a justificação da respetiva falta a qual, por consenso de todos os Eleitos, foi devidamente justificada.

**O senhor Presidente** solicitou que o ponto 12.6, correspondente à estratégia local de habitação, fosse retirado, para possibilitar uma análise mais aprofundada e uma melhoria do documento.

**O senhor Vereador José Calixto** propôs, também, que o ponto 10.2 fosse excluído para ratificação do despacho do PCM de “Exoneração e designação do encarregado de proteção de dados pessoais do Município de Évora” porque o mesmo já fez parte da anterior reunião da CME, conforme deliberação então tomada.

Referiu o ponto de situação das acessibilidades ao Hospital Central de Alentejo, reiterando que, na última reunião de câmara, já tinha sido solicitado ao senhor Presidente. Destacou que, neste momento, é preocupante o risco de conclusão do hospital sem as acessibilidades construídas, sendo essa uma responsabilidade da CME. Acrescentou que, teriam sido igualmente informados pelo senhor Presidente, na passada reunião, que a CME tem, em seu poder, toda a informação que lhe permite, de imediato, iniciar o processo de expropriações destes terrenos.

Nestes termos, propôs o agendamento, para a presente reunião, de proposta de solicitação imediata, por esta Câmara, ao senhor Ministro da Saúde, de Declaração de Utilidade Pública (DUP) dos terrenos necessários para a execução das acessibilidades, ao novo Hospital Central do Alentejo, nos termos de direito constantes de parecer jurídico comunicado recentemente à CME, pela ARSA. Propõe, igualmente, que sejam consideradas as alterações constantes nesse parecer, em sede de Protocolo de Cooperação Estratégica, assinado entre a CME, a ARSA e a CCDRA, em 21 de junho de 2023.

Relativamente ao ponto 12.6, retirado pelo senhor Presidente, destacou ser importante para os Vereadores, eleitos pelo PS, no PAOD, poderem ser informados sobre o respetivo ponto de situação sobre a execução desta Estratégia Local de Habitação.

**O senhor Presidente** acrescenta que, solicitou ao gabinete jurídico para preparar a documentação, exatamente nesse sentido, de se pedir a declaração de utilidade pública. Contudo, é necessária alguma informação, que estava a aguardar que viesse do Ministério da Coesão, razão pela qual não foi agendada para a reunião de hoje.

**O senhor Vereador Henrique Sim-Sim** iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Dando continuidade à sua intervenção, afirmou ter ficado surpreendido com esta questão, uma vez que foi amplamente debatida na última reunião, e o objetivo era avançar com celeridade, pelo que constata que parecem estar exatamente no mesmo ponto, à espera de um documento formal para se poderem pronunciar. Reitera não ter percebido o avanço desde a última reunião, pelo que solicita esclarecimentos, relativamente ao mesmo, e apresenta a sua disponibilidade para reunir, nos próximos dias.

**A senhora Vereadora Florbela Fernandes** iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Salienta também não ter percebido o avanço desde a última reunião e, também, ela apresenta a sua disponibilidade para agendar uma reunião extraordinária, a curto prazo, logo que seja possível, porém evidencia o facto de necessitarem de um documento com uma base concreta, juridicamente salvaguardado, e com uma resposta do eventual compromisso do ministério.

**O senhor Presidente** reitera que o que se pretende é assegurar que se prepare corretamente a documentação do pedido de utilidade pública e, em termos práticos, assumindo a Câmara Municipal essa responsabilidade, para agilizar o processo e disponibilizar o documento em reunião extraordinária, solicitando, *a posteriori*, reunião da Assembleia Municipal, já com o documento adequado ao pedido da declaração de utilidade pública.

**O senhor Vereador José Calixto** refere que os avanços correspondem ao acompanhamento do processo e da informação que tem ido à Assembleia Municipal, onde foi presente uma carta da presidente da Administração Regional de Saúde do Alentejo, para o senhor presidente da Assembleia Municipal, que mencionava que tinha constatado uma mudança radical na atitude da câmara, perante o processo, nomeadamente ao nível da não aceitação da execução dos processos de expropriações, bem como do pedido de declaração de utilidade pública ao governo. No seguimento desta situação, revela a sua preocupação e solicita celeridade na proposta, devidamente fundamentada e informada, para que seja possível o pedido de declaração de utilidade pública.

**O senhor Presidente** comunicou que essa questão foi devidamente esclarecida na Assembleia Municipal, recusando liminarmente a acusação infundada da Presidente da ARS Alentejo e reiterou que, apesar da surpresa de, ao arrepio do Protocolo assinado entre a Câmara e o Estado, também representado pela ARS Alentejo, se procurar impor ao Município a responsabilidade das necessárias expropriações, não seria pela Câmara Municipal que o processo seria atrasado, como afirmou à data, sendo que a passagem desse processo levantou a questão da transferência da parte do Estado para o Município, alterando o Protocolo em vigor, pelo que é essa situação que tem de ser clarificada. No entanto, é falso e ofensivo dizer que a Câmara Municipal tenha alterado radicalmente a sua posição.

**O senhor Vereador José Calixto** lê um excerto da carta *“Este volte face no posicionamento, que tinha sido recentemente assumido pelo Município de Évora, entre os dias 24 e 26 de janeiro últimos, recoloca o município na posição de não aceitação de que lhe compete a responsabilidade do processo de expropriação, assim como a solicitação ao Senhor Ministro da Saúde. A emissão da declaração de utilidade pública, DUP, é absolutamente essencial para o lançamento do concurso de construção das acessibilidades. O município volta ao ponto de partida, o que parece significar que nada fará para a conclusão do processo de expropriação, o que inevitavelmente implicaria um arrastar de uma situação que é da competência do município e que já deveria ter sido assegurada há muito”*. Neste sentido, destaca que o importante é ultrapassar a situação e não ficar à espera.

**O senhor Presidente** reafirma que é inaceitável e falso que se diga que a Câmara Municipal não se faz nada, nem que a Câmara Municipal seja acusada de alterar a sua posição quando, na verdade, de imediato, apesar da surpresa do não cumprimento do Protocolo, a Câmara se dispôs a desenvolver e está a desenvolver todo o processo. Reiterou, assim, a surpresa aquando da receção da carta da ARS Alentejo, de final de Dezembro passado, a procurar impor a alteração da responsabilidade das expropriações pelo Estado, mas salientou ter facultado, de imediato, várias datas à ARS para marcação de reunião, tendo a ARS escolhido a última de 8 de janeiro, e após a mesma, não tendo obtido respostas às questões colocadas para a necessária alteração do Protocolo, tomou a iniciativa de propor um texto de alteração ao Protocolo e a Câmara continuou a trabalhar e a fazer tudo o possível para dar continuidade ao processo de expropriações.

**A senhora Vereadora Lurdes Nico** iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Continua a sua intervenção, afirmando que, de facto, as palavras que o senhor Presidente escreve nos ofícios estão corretas, uma vez que se disponibiliza a resolver a situação, no entanto, nada disso resolveu a questão do pedido da declaração de utilidade pública. Neste sentido, questiona quando foi enviada a resposta seguinte, se foi por escrito e em que data, sendo a partir desta que foi enviada a comunicação para a Assembleia Municipal:

*“Informa o senhor presidente da Câmara Municipal o seguinte: procedemos à análise do parecer que hora nos foi remetido e que discordamos do mesmo... O novo hospital está a ser construído fora do perímetro urbano e as vias são para aceder a um Hospital Central cuja abrangência vai muito para além do concelho de Évora, abrange todo o distrito, pelo que salvo melhor opinião entendemos que nada na lei impede que fosse construída como via nacional e depois de todo este processo então seria futuramente desclassificada, através de um auto de mutação da dominialidade pública, passando então a municipal”*.

Para finalizar, acrescenta que é urgente o agendamento de uma reunião para que possam decidir e enfatiza que estão de acordo, porém, o parecer técnico que solicitou aos serviços, já poderia ter sido solicitado há mais tempo, pelo que a proposta que apresenta é para que se avance com o pedido e com a alteração do protocolo, com a maior celeridade possível.

**O senhor Presidente** esclarece, mais uma vez, que, ao contrário do afirmado, a Câmara tem trabalhado no sentido de reunir a documentação necessária ao pedido de utilidade pública, sem o qual não é possível a emissão do mesmo. A referência da senhora Vereadora é de um ofício onde se aborda uma discussão complementar sobre o parecer jurídico que foi remetido pela ARS Alentejo e cuja fiabilidade se pode aferir por nem sequer ter tido em conta o último Protocolo em vigor assinado com o Governo em junho de 2023, mas apenas o de 2008 ultrapassado, razão pela qual não foi discutido. O senhor Presidente sugeriu que aquele ofício fosse lido até ao fim, onde se afirma, preto no branco, que a Câmara assume o processo de expropriações para que não haja mais atrasos.

**A senhora Vereadora Lurdes Nico** reitera apenas a pergunta de quando foi enviada esta resposta à Administração Regional de Saúde, doravante designada por ARS, ao que **o senhor Presidente** responde não ter a certeza se foi, efetivamente, ele a assinar esse documento, uma vez que não acompanha algumas das afirmações jurídicas, mas que essa situação foi discutida, tal como outras relativamente a essa matéria. Esclarece, assim, que o factual são as mensagens trocadas com a senhora Presidente da ARS, sendo que essa informação, sim, está escrita e documentada e demonstra o trabalho que tem vindo a ser realizado pela câmara. Refere que os proprietários já foram contactados, aquando do levantamento dos terrenos, no entanto, terão de ser contactados novamente, o que não impede que o processo avance, pelo que o que pretende é que se chegue a um consenso, relativamente a este assunto, de forma que, assim que a documentação estiver pronta, se convoque uma reunião extraordinária, se for o caso, e, posteriormente, a reunião da Assembleia municipal e o pedido referido.

**A senhora Vereadora Lurdes Nico** acrescenta que, de facto, acabou por corroborar que não está muito de acordo com o que foi escrito, pelo que considera preocupante que sejam emitidos pareceres do serviço, num processo com esta complexidade, em nome do Presidente da Câmara e o senhor Presidente não se reveja neles.

**O senhor Presidente** respondeu que não altera nem pede para alterar pareceres dos serviços e reafirmou que a Câmara Municipal contestou o parecer jurídico, apresentado pela ARS, por não ter a fundamentação necessária, nem sequer fiabilidade como já referiu e que o fundamental é que a Câmara está a trabalhar no processo de expropriações que cabia ao Estado e à ARS, fazer.

**A senhora Vereadora Florbela Fernandes** afirma não aceitar a afirmação da senhora Presidente da ARS, ao dizer que há um volte face do município, porque ao dizê-lo engloba todos os eleitos e não apenas o Presidente da Câmara, referindo que deverá preocupar-se mais em dar justificações e explicações aos alentejanos, sobre os incessantes atrasos e promessas dos sucessivos governos, referentes ao hospital, porque isso sim será oferecer um grande contributo à cidade.

Salienta que o MCE está totalmente integrado nesta decisão, para a existência do hospital, que serve todo o Alentejo, destacando ser natural que as expropriações fossem efetuadas pelo Governo, tal como ocorreu com a ferrovia, tratando-se de um investimento de interesse nacional e que após este volte face, por parte do Governo, estão disponíveis para aprovar a declaração de utilidade pública. Contudo, são necessárias confirmações e compromissos, por parte do Governo, e que transitem de Governo para Governo, para que seja possível esta aprovação, uma vez que as questões financeiras, para além das burocráticas, acarretam uma grande preocupação, podendo ser decisivas para não se hipotecar o futuro dos eborenses.

Acrescenta, assim, que é fundamental haver uma correção do protocolo sobre os compromissos de cada um e as questões financeiras, pois terá de haver dinheiro para fazer expropriações e negociar com os proprietários.

Questiona, ainda, quem irá efetuar o processo de expropriação, a câmara ou a Direção Geral das Autarquias Locais, doravante designada por DGAL, uma vez que esta tem competências em processos de expropriação municipais. Distingue, tratar-se, neste caso, das condições de aceitação da declaração de utilidade pública, que vincula ao processo de expropriação e não ao próprio processo de expropriação, pelo que reitera a disponibilidade para a realização de uma reunião extraordinária.

**O senhor Vereador Henrique Sim-Sim** comunicou não terem acesso a essa documentação, a essa carta, necessitando da mesma para ser possível a deliberação, pelo que solicita que seja enviada a todos os vereadores. Afirma que, na realidade, não há uma proposta em concreto, das pessoas competentes que assinaram o protocolo, sendo alteradas as condições do mesmo, sem efetuarem, quer financeira, quer tecnicamente, o desenvolvimento do próprio protocolo, pelo que afirma não existir qualquer avanço desde a última reunião. Reitera, assim, que se é para marcar uma reunião extraordinária, que aguarda uma proposta concreta e bem fundamentada para se poderem pronunciar.

**O senhor Presidente** concluiu dizendo que fará a distribuição da documentação referida, com a inclusão dos documentos técnicos, que têm sido produzidos bem como o documento de proposta de declaração de utilidade pública e assim que estejam reunidas as condições marcar-se-á a reunião de Câmara.

Não havendo mais sugestões deu continuidade à reunião.

**A). – Proposta de aprovação da ata número 26 de 20/12/2023**, retirada a pedido do senhor Presidente.

**B). – Estádio do Juventude Sport Clube**

**O senhor Presidente** comunicou que foi efetuada a assinatura da escritura de cedência do terreno, para o Estádio do Juventude Sport Clube, no passado dia 23 de fevereiro.

**C). – 41ª Volta ao Alentejo em Bicicleta**

**O senhor Presidente** informou que foi realizada a apresentação oficial da 41ª volta ao Alentejo em bicicleta, que decorrerá entre 20 e 24 de março e que terminará, como é habitual, na Praça do Giraldo, em Évora.

**D). – Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL)**

**O senhor Presidente** noticiou que entre o dia 28 de fevereiro e o dia 3 de março decorreu a Bolsa de Turismo de Lisboa, onde tiveram uma participação articulada com a entidade Regional de Turismo do Alentejo.

**E). – Receção Senhora Embaixadora da Suécia**

**O senhor Presidente** transmitiu ter recebido, no passado 1 de março, a senhora Embaixadora da Suécia com quem trocou impressões sobre questões variadas e, particularmente, sobre a Capital

Europeia da Cultura, na qual manifestou um particular interesse, bem como no relacionamento entre universidades.

#### **F). – Bairro Comercial Digital**

O senhor Presidente destacou, ainda, a apresentação do projeto do Bairro Comercial Digital de Évora, no passado dia 4.

#### **G). – Mês da Juventude e Festival Jovem**

O senhor Vereador Alexandre Varela iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Seguidamente, assinalou o Mês da Juventude, a decorrer durante o mês de março, com mais de uma centena de atividades e eventos, promovidos pelas associações, com o apoio do município, sendo que já teve lugar à apresentação do evento e, também, do vencedor da imagem gráfica do cartaz. Salientou, ainda, a apresentação, em traços muito gerais, de toda a dinâmica que irá estar associada ao Festival Jovem, a decorrer entre os dias 15 e 17 de março.

#### **H). – Mês da Proteção Civil**

Para finalizar, o senhor Vereador Alexandre Varela evidenciou o Mês da Proteção Civil, tendo março iniciado com um simulacro, na Escola Básica Conde de Vilalva, na qual participaram os Bombeiros Voluntários de Évora, a PSP e a Proteção Civil Municipal, sendo que, ao longo do mês, irão decorrer *workshops*, outros eventos, simulacros e ensaios, no âmbito da Proteção Civil, e dentro da perspetiva de que a “Proteção Civil Somos Todos Nós”.

#### **I). –Voto de saudação**

O senhor Presidente, em nome dos eleitos da CDU, apresentou o seguinte voto de saudação:

##### **Dia Internacional da Mulher**

A 8 de Março de 1857, operárias têxteis americanas fizeram greve com ocupação da fábrica para exigir 10 horas de trabalho diárias (trabalhavam 16h), salário igual ao dos homens para trabalho igual (recebiam cerca de 1/3), respeito no trabalho. A repressão foi brutal: a fábrica cercada, encerrada e incendiada com as mulheres lá dentro. Cerca de 130 trabalhadoras foram, assim, assassinadas.

Aquelas mulheres operárias mostraram coragem e determinação, numa sociedade hostil e profundamente injusta, para lutar por melhores condições de vida. Mostraram que não há benesses a cair, sem mais, no regaço; mostraram que direitos, que melhores condições de vida se conquistam pela organização coletiva e pela luta.

Em homenagem àquelas mulheres operárias e ao seu exemplo, no dia 26 de agosto de 1910, durante a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, a jornalista, ativista dos direitos das mulheres, Clara Zetkin, propôs a criação de um dia anual, dedicado à luta das mulheres pelo direito ao voto e pela igualdade de direitos de ambos os sexos no trabalho, na família e na sociedade.

Em Portugal, as comemorações do Dia Internacional da Mulher foram proibidas pelo Regime Fascista Português. Tentar celebrar esta data, como sucedeu, pela primeira e única vez durante essas tenebrosas décadas, em março de 1962, significou a prisão e a tortura pela PIDE.

A “Revolução dos Cravos” foi, assim, também, uma vitória das mulheres, pelo que, no ano em que se comemora o seu 50º aniversário, importa destacar a indissociabilidade do Dia

Internacional da Mulher dos “valores de Abril”, com ambas as datas a serem inspiração, devedoras, credoras e herdeiras uma da outra.

Apesar do muito que foi conquistado – mas também perdido –, ainda hoje reivindicações importantes das trabalhadoras, e trabalhadores, clamam por trabalho seguro e com direitos, por salários dignos, por salário igual para trabalho igual, pelo respeito no trabalho contra várias formas de discriminação e violência.

Cumpre-nos, neste 8 de março, prestar homenagem às mulheres que romperam grilhetas e lutaram por vidas melhores, denunciar todas as formas de violência contra as mulheres, afirmar que a luta continua contra o desemprego, por melhores condições de trabalho e de vida, por uma sociedade mais justa.

Assim, no momento em que vivemos tempos em que as conquistas de outrora não estão garantidas, os eleitos da CDU na Câmara Municipal de Évora, reunida a 06 de março de 2024, propõem que se delibere:

- Saudar o Dia Internacional da Mulher e todas as mulheres que lutam por uma sociedade mais justa.

- Saudar também todos os homens inconformados e solidários com a luta das mulheres, das suas mães e filhas;

- Apelar a todos os Eborenses para que se associem às comemorações do próximo Dia Internacional da Mulher.

**O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.**

#### **J). – Vereador José Calixto /Vários Assuntos**

Dando continuidade ao período antes da ordem do dia, **o senhor Vereador José Calixto**, iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores vereadores, todos os trabalhadores municipais e restantes colaboradores, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Seguidamente, o senhor Vereador José Calixto referiu-se a vários assuntos, designadamente:

##### **I. Votos de Felicitação e Saudações.**

O senhor Vereador José Calixto, em nome dos eleitos do Partido Socialista, associou-se aos votos de felicitação e saudações apresentados na presente reunião, pelas diferentes forças políticas.

##### **II. Ausência de sinalética turística na cidade de Évora e desatualização de mapa e guias turísticos do concelho.**

O Vereador José Calixto questionou o Presidente para quando está prevista a implementação da, mais que prometida, instalação de sinalética turística atualizada na cidade de Évora, mas também nas freguesias rurais.

No âmbito deste tema, questionou, igualmente, para quando a resposta ao pedido da Igreja do Espírito Santo, formulado à CME, bem como a respetiva inclusão nos materiais de promoção turística do concelho.

##### **III. Congratulação pelo facto de ter sido reconhecido o lapso do não pagamento do IVA na medida 3 (Investimento em instalações desportivas).**

O vereador José Calixto considerou ser este mais um exemplo do importante papel dos Vereadores, eleitos pelo Partido Socialista, na defesa dos legítimos interesses do movimento associativo, perante mais este lapso que iria lesar a atividade, neste caso concreto, do associativismo desportivo.

#### **IV. Processo n.º 1.2816, de João Mendes Godinho.**

O Vereador José Calixto, continuou a sua intervenção expondo, uma vez mais, um processo da área da gestão urbanística para o qual pediu explicações ao senhor Presidente:

- O Município adquiriu uma casa na União das Freguesias de Bacelo e Nossa Senhora da Saúde e, em consequência, fez obras para as quais solicitou o necessário licenciamento à CME.

Concluídas as obras e depois de algumas exigências sem sentido, mas que foram executadas, o município procedeu à instalação de painéis solares no telhado da casa.

Foi, então, surpreendido pela exigência da CME de que deveria retirar os painéis solares e realizá-los porque como estão, ficam feios e são visíveis. Enquanto esta exigência não for cumprida, não será emitida a licença de habitação.

Acrescenta-se que esta exigência tem um custo direto associado de, aproximadamente, 1.000 euros e que a alternativa proposta pelo técnico (os painéis ficariam virados a norte) diminuem, em cerca de 80%, a eficiência dos painéis na produção de energia renovável o que torna o investimento totalmente inviável e irracional.

Perante esta informação considerou que se impõe uma explicação sobre a justificação para este tipo de gestão do processo acima referenciado, solicitando ao Senhor Presidente que possa promover essa justificação a que, considera o vereador, ser legítimo e justo prestar ao município em causa.

#### **V. Processo do Loteamento do Chafariz d'el Rei**

O Vereador José Calixto prosseguiu afirmando que, após mais de uma dezena de pedidos de resolução deste processo, os contactos dos municípios afetados continuam e a revolta das famílias afetadas é crescente. Assim, voltou a questionar o senhor Presidente para quando a resolução deste processo.

#### **VI. Disponibilização aos Vereadores do Programa Funcional da Requalificação da Escola Secundária André de Gouveia.**

O Vereador José Calixto voltou a solicitar ao senhor Presidente o referido programa funcional, documento que já anteriormente tinha prometido o envio (concretamente em duas RPC públicas anteriores).

#### **VII. Interpeleção aos eleitos, efetuada no passado dia 27 de fevereiro, pelo município António Valadas.**

Perante esta denúncia formal, o senhor Vereador José Calixto questionou, novamente, o senhor Presidente sobre os desenvolvimentos do processo, caso tenha existido alguma diligência da autarquia.

Relativamente à sinalética, o **senhor Presidente** comunica que é um processo a decorrer, ainda que com atraso, mas assim que possível será apresentado.

Quanto ao IVA dos clubes, afirma ter esclarecido, de imediato, essa situação, tendo solicitado ao Diretor de Departamento de Administração e Pessoal que contactasse os clubes, no sentido de estes fazerem chegar a documentação que demonstre que não podem deduzir o IVA, em termos práticos, para que esse possa ser considerado um custo.

No que concerne ao processo 1.2816 informa já ter requerido um esclarecimento sobre o mesmo, tratando-se de uma questão estética, pelo que pretende facultar uma informação com a maior celeridade possível.